

MAPEANDO OS LUGARES DE FALA NO CENTRO DE GOIÂNIA (GO)

MAPPING THE TALKING PLACES IN THE CENTER OF GOIÂNIA (GO)

MAPEANDO LOS LUGARES DE CONVERSACIÓN EN EL CENTRO DE GOIÂNIA (GO)

Valdiney Vieira da Silva

Universidade Federal de Goiás (UFG)

E-mail: valdiney207@gmail.com

Maria Pereira da Silva Xavier

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: mariaxavier@ufpi.edu.br

RESUMO

A Cartografia é sistêmica, comunicativa e relacional, além de fundamentada no contexto de sua confecção e consumo. Ocupa lugar estratégico no contexto produtivo e social de seu tempo. Institui-se como linguagem e representação do mundo, carregando as contradições de uma narrativa científica dominante consigo, sedimentando processos profundos de dominação territorial e produção de desigualdades por meio das lógicas de países imperialistas. Nessa perspectiva, contemporaneamente, questiona-se o mapa como instrumento de dominação. O mapa tem sido inserido no processo de construção de signos sociais que valorizam o modo de vida e a complexidade da composição social e suas múltiplas narrativas, vivências e representações. Contribuindo com esse processo, esta investigação tem como objetivos: mapear os lugares de fala no centro urbano de Goiânia - GO; refletir sobre o conceito de lugar de fala e discutir a respeito da Cartografia e do ato de mapear. A metodologia é composta de sustentação teórica do campo da Cartografia Geográfica, atividade de campo e elaboração de mapa com utilização de software cartográfico. Os resultados demonstram as diversas possibilidades cartográficas de mapeamento dos lugares e espaços de fala assentados nas reivindicações populares, trabalhistas e culturais. Os desafios percebidos são as necessidades de fortalecimento da compreensão da Cartografia como ferramenta essencial para abarcar a complexidade e a dinamicidade social.

PALAVRAS-CHAVE: lugar de fala; cartografia geográfica; representação espacial.

ABSTRACT

Cartography is systemic, communicative, relational, based on the context of its manufacture and consumption. It occupies a strategic place in the productive and social context of its time. It is established as language and representation of the world, carrying the contradictions of a dominant scientific narrative, sedimenting deep processes of territorial domination and production of inequalities in logics of imperialist countries. At the same time, the map is questioned as an instrument of domination. The map has been inserted in the process of constructing social signs that value the way of life and the complexity of social composition and its multiple narratives, experiences and representations. Contributing to this process, this investigation aims to map the speech places in the urban center of Goiânia - GO; reflect on the concept of place of speech and discuss about cartography and the act of mapping. The methodology is composed of theoretical support from the field of Geographical Cartography; field activity and map making using cartographic software. The results demonstrate the various cartographic possibilities of mapping the places and speech spaces of popular, labor and cultural claims. The perceived challenges are the needs of strengthening the understanding of cartography as an essential tool to understand complexity and social dynamism.

KEYWORDS: place of speech; geographic cartography; spatial representation.

RESUMEN

La cartografía es sistémica, comunicativa, relacional, basada en el contexto de su fabricación y consumo. Ocupa un lugar estratégico en el contexto productivo y social de su tiempo. Se establece como lenguaje y representación del mundo, llevando las contradicciones de una narrativa científica dominante, sedimentando profundos procesos de dominación

territorial y producción de desigualdades en lógicas de países imperialistas. Al mismo tiempo, el mapa es cuestionado como instrumento de dominación. El mapa se ha insertado en el proceso de construcción de signos sociales que valoran la forma de vida y la complejidad de la composición social y sus múltiples narrativas, experiencias y representaciones. Contribuyendo a este proceso, esta investigación tiene como objetivo mapear los lugares de habla en el centro urbano de Goiânia - GO; Reflexitar sobre el concepto de lugar de habla y discutir sobre la cartografía y el acto de mapear. La metodológica se compone de apoyo teórico del campo de la Cartografía Geográfica; Actividad de campo y elaboración de mapas utilizando software cartográfico. Los resultados demuestran las diversas posibilidades cartográficas de mapear los lugares y espacios de habla de reclamos populares, laborales y culturales. Los desafíos percibidos son las necesidades de fortalecer la comprensión de la cartografía como una herramienta esencial para comprender la complejidad y el dinamismo social.

PALABRAS-CLAVE: lugar del discurso; cartografía geográfica; representación espacial.

1. INTRODUÇÃO

O mapa ocupa um lugar central e estratégico enquanto poderosa linguagem e representação de perspectivas intencionais de mundo. Compõe-se como sistema de comunicação de suporte às transformações sociais, sobretudo pelo papel desempenhado na expansão territorial dos países imperialistas. Desse modo, o mapa apresenta-se como uma força política na sociedade; é uma forma de linguagem, pois vincula narrativas.

Nesse sentido, depreende-se que a Cartografia revela as representações de mundo e narrativas hegemônicas, compreendidas no contexto produtivo, social, político, econômico e cultural de produção e consumo dos produtos cartográficos. Nesse aspecto, enquanto linguagem, a Cartografia impregna os seus textos e representações que são formas de conhecimento e poder.

A Cartografia guarda na contemporaneidade uma contradição: tem estado cada vez mais presente nas nossas vidas, nas nossas rotinas. Contudo, é pouco percebida, pobremente compreendida. As tecnologias têm popularizado a Cartografia, em especial, o mapa. No entanto, ainda que o seu uso tenha se tornado cada vez maior em ações de mobilidade, de negócios, entre outras, sua essência continua alheia à população em geral. Para Levy (2008, p. 154) “o mapa é hoje ao mesmo tempo supervalorizado e largamente ignorado”, pois segundo o autor “o mundo do mapa continua a ser um domínio à parte que traz uma série de efeitos específicos de linguagem, muito além de sua mensagem explícita”. Por isso, por mais que não seja facilmente legível ao leitor, uma determinada produção cartográfica, um mapa, terá sempre um objetivo, uma intencionalidade, pois quem o produz ou financia sua produção tem sempre a pretensão de (re)apresentar algo.

O mapa, como meio de comunicação, depende essencialmente de princípios da comunicação, visto que vincula informações a partir de símbolos cartográficos. Logo, é fundamental

pensar quais conteúdos o mapeador quer transmitir, quais serão os recursos para a elaboração da representação e, sobretudo, quem será o usuário do mapa.

A partir dessa breve contextualização, em um primeiro momento, pode-se imaginar que o título desse trabalho não dá conta da sua proposição, o que sugere alguns questionamentos. Conseqüentemente, perguntas como “O que é um lugar de fala?” ou “É possível mapear um lugar de fala?” podem surgir, o que mostrará que estaremos no caminho certo. Para tanto, tentaremos, no desenvolver do texto, apresentar alguns posicionamentos que podem ajudar o leitor a refletir sobre tais questões.

Este artigo fundamenta-se na compreensão de que a produção de conhecimento cartográfico contemporânea tem questionado o mapa como instrumento de dominação do Estado e dos grupos dominantes. Essa problematização nasce a partir da abertura ao processo de construção de signos sociais, valorizando o modo de vida e a complexidade da composição social e suas múltiplas narrativas, vivências, representações e reivindicações.

Contribuindo com esse processo, essa investigação tem como objetivos mapear os lugares de fala no centro urbano de Goiânia – GO, refletir sobre o conceito de lugar de fala e discutir a respeito da Cartografia e do ato de mapear à luz das teorias pós-críticas que discutem relações de poder e do arcabouço teórico que versa sobre lugar de fala.

Este trabalho é constituído de cinco partes. Na primeira, encontra-se a metodologia com os principais procedimentos racionais e sistemáticos, bem como as técnicas de pesquisa adotada. Na segunda, situa-se a abordagem do mapa como linguagem e poder, embasado em Lévy (2008), Harley (2009), Simielli (2014), Martinelli (2016), Seemann (2003), entre outros autores. Explana-se o mapa, suas representações espaciais e as transformações vividas pela sociedade em tempo-espaco determinado.

A partir do arcabouço teórico do mapa como sistema de comunicação, na terceira parte, constrói-se uma aproximação entre lugar de fala e lugar geográfico por meio da Cartografia. Conceitua-se “lugar de fala” a partir de Ribeiro (2017) para, então, estabelecer sua relação com o mapa. Considera-se, nesse concatenação, a identificação dos significados, o contexto e as influências imbricadas no processo cartográfico.

Desse modo, reflete-se a respeito da leitura e definição do conteúdo do mapa dentro das conjunturas nas quais ele foi elaborado e consumido. Busca-se, com essa abordagem, situar as novas narrativas, fomentando a investigação dos lugares de fala a partir dos produtos cartográficos, em especial, para o fortalecimento das suas lutas e reivindicações de transformações sociais.

Em seguida, na quarta parte, é feita uma apresentação e análise do mapa construído para representar os lugares de fala no centro de Goiânia. Destacamos ali os espaços físicos que são usados pela sociedade civil como lugares de fala, nos quais efetivamente a população se manifesta. Explana-se a respeito das possibilidades políticas dos produtos cartográficos na produção da imaginação e concretude do espaço para compreensão das forças políticas e econômicas que sustentam as representações e as relações de poder.

As constatações e sínteses são apresentadas nas considerações finais, quinta e última parte desse trabalho. Nela, retoma-se os principais elementos teóricos e proposições a respeito do processo de mapeamento de lugares de fala na contemporaneidade, reforçando que o mapa pode ganhar novas dimensões ao favorecer a representação de mundo e de realidades locais com óticas sociais e críticas.

2. METODOLOGIA

O primeiro procedimento adotado para a realização dessa investigação foi a realização de pesquisa bibliográfica utilizando a bibliografia proposta na disciplina (Omitido para avaliação) do Curso de Pós-Graduação da (Omitido para avaliação), ocorrida no ano de 2020. Dessa maneira, a sustentação teórica situa-se no campo da Geografia/Cartografia, e do apoio de Azevedo (2019) e Ribeiro (2017) para a compreensão do conceito “lugar de fala”.

O segundo procedimento foi a realização de pesquisa de campo e sistematização das informações levantadas. Essa ação foi realizada dentro da referida disciplina, na qual lançou-se o desafio da confecção de um mapa que destacasse os lugares visitados durante a atividade de campo. Nesse caso, optamos por representar os lugares de fala.

A elaboração do mapa, terceiro procedimento, foi efetivada tomando como referência a base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sabe-se que mapas produzidos pelo Estado usam recursos modernos, como imagem de satélites para confirmação dos dados, e que são considerados mapas clássicos pelo rigor da técnica euclidiana. Entretanto, considerando as informações presentes nesse mapa, ele pode ser percebido por uma perspectiva social e crítica.

3. MAPA: LINGUAGEM E PODER

Desde o século XIX, os mapas ganham mais destaque ao representarem fenômenos específicos e com finalidades práticas no que tange ao levantamento de informações,

sistematização e delimitação dos elementos naturais, políticos e administrativos. Trata-se do processo de institucionalização cartográfica, como afirma Harley (2009, p. 6): “no século XIX, quando os mapas foram institucionalizados e relacionados à expansão da Geografia como disciplina, seus efeitos de poder se manifestam novamente no crescimento permanente do imperialismo europeu”. Nessa perspectiva, o mapa passa a servir como instrumento de dominação, colonização, expropriação e fragmentação de territórios.

A forma com que a Cartografia foi estruturada, como sistema de signos políticos, econômicos e culturais, resulta em mapas que enraízam narrativas instituídas pelos grupos dominantes, cujas intencionalidades apontam para os grupos influentes, de lógica imperialista, permitindo o avanço do modo capitalista de produção. Cria-se, desse modo, discursos e realidades desiguais.

A Associação Cartográfica Internacional (ACI) conceitua Cartografia como um

conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas, baseado nos resultados de observações diretas ou de análise de documentação, visando à elaboração e preparação de cartas, projetos e outras formas de expressão, bem como sua utilização (CAZETTA, 2009, p. 96).

Conforme Simielli (2014), a Cartografia é definida pela Associação Cartográfica Internacional como teoria, técnica e prática de duas esferas de interesse: a criação e o uso do mapa. Ela é compreendida como um Sistema de Comunicação, sendo formada pelo tripé cartógrafo, mapa e usuário.

Para a autora, os signos são fundamentais na compreensão da linguagem (semiótica) cartográfica. O signo é algo que representa o seu próprio objeto. Ele possui dois aspectos: o significante (material) e o significado (imaterial/conceitual). Nesse sentido, signo é sempre arbitrário e seu significado é estabelecido simplesmente por uma convenção (SIMIELLI, 2014).

Além dos signos, os elementos que compõem um mapa são fundamentais para a sua leitura. Tais elementos se constituem enquanto título (responde o quê? onde? quando?), escala (relação entre a medida real e a do mapa), legenda (significados dos símbolos), orientação (rosa dos ventos) e projeção cartográfica (técnica de confecção).

Ainda, de acordo com Simielli (2014), sete fatores principais agem no processo de comunicação da informação cartográfica que proporciona a conexão entre a produção, criação de um mapa e sua utilização ou consumo:

- 1) Realidade, representada do ponto de vista do cartógrafo; 2) O sujeito que representa a realidade, ou seja, o cartógrafo; 3) Linguagem cartográfica como um sistema de símbolos e regras para o seu uso; 4) O produto da cartografia, isto é, o mapa; 5) O sujeito que usa o

mapa, ou seja, o usuário do mapa; 6) realidade vista pelo usuário do mapa e 7) informação cartográfica (SIMIELLI, 2014, p. 75).

O mapa, enquanto meio de comunicação, depende de diversos fatores, como a capacitação do cartógrafo na seleção, manipulação, generalização e transformação das informações iniciais da realidade real (concreta) em informações cartográficas com a linguagem cartográfica adequada. Insere-se, nesse contexto, a observação seletiva da realidade pelo cartógrafo, sua subjetividade e conhecimento da realidade mapeada e as limitações de representar a realidade em sua totalidade e complexidade social, econômica, ambiental e cultural.

A representação gráfica consiste em transcrever as três relações fundamentais: diversidade, ordem e proporcionalidade, as quais podem ser estabelecidas entre os objetos, fatos e fenômenos que compõem a realidade considerada por relações visuais da mesma natureza (MARTINELLI, 2016). É importante enfatizar que a representação gráfica espacial não deve conter ambiguidades. Além disso, o processo de representação gráfica pode contar com variáveis visuais, tais como tamanho, valor, cor, forma, orientação e granulação, valor e orientação dos elementos geográficos.

De acordo com Cazetta (2009), cada vez mais estão sendo produzidos mapas sofisticados com o uso de uma das linguagens do sensoriamento remoto: as imagens orbitais, as quais fazem da “cartografia uma forma inquestionável, científica e objetiva de produzir conhecimento” (p. 97).

O mapa estrutura-se de forma sistemática, comunicativa e relacional. Ademais, fundamenta-se no contexto de sua confecção e consumo, os quais se inserem no contexto produtivo, social, político, econômico e cultural de seu tempo. Emerge como poderosa linguagem e representação do mundo social, carregando consigo as contradições de uma narrativa científica dominante, sedimentando processos profundos de dominação territorial, expropriação, subordinação de grupos sociais e produção de desigualdades.

Assim, pensando nas lógicas de penetração da reprodução ampliada do capital dos países imperialistas, a produção de conhecimento cartográfico contemporânea tem questionado o mapa como instrumento de dominação do Estado e dos grupos dominantes. Essa reflexão insere-se no processo de construção de signos sociais, valorizando o modo de vida e a complexidade da composição social e suas múltiplas narrativas, vivências e representações.

Martinelli e Graça (2015) apontam que houve uma evolução dos métodos usados na produção dos mapas, permitindo agregar a esses mapas informações das mais variadas possíveis, tanto qualitativas, como quantitativas. Nesse sentido, o autor do mapa dispõe de um leque de

possibilidades no momento da produção do seu mapa temático, podendo escolher o método mais conveniente ao tipo de informação que quer destacar.

O aporte cartográfico é identificado como instrumento de dominação e manipulação; principalmente pela conotação cientificista de “verdade” ou representação do real. [...] este raciocínio não pode ser aplicado ao conjunto dos mapas, sob o risco de, por um lado, restringir sua função social e, por outro negá-lo como produto cultural (KOZEL, 2013, p. 163).

Para Lévy (2008, p. 157) “[...] o mapa se torna um “terreno” entre outros para o estudo da dimensão espacial das sociedades”. Seemann (2003) contribui com esse debate ao propor visões alternativas da Cartografia como linguagem, que não correspondem necessariamente ao pensamento euclidiano do espaço geográfico, mas que visem uma “Cartografia da realidade” e uma “Cartografia Social” na sociedade brasileira. Ao se produzir um mapa, deve ser pensada sua funcionalidade, muito mais do que a técnica aplicada. Por isso, Seemann (2003) chama a atenção para a importância da informação que o mapa deve conter.

As referências pontuadas até aqui, que num primeiro momento parecem não ter conexão, cumprem o papel de justificar a importância e evolução cada vez maior da Cartografia na contemporaneidade. No entanto, para além da sua evolução, necessitamos compreender o seu processo de produção e uso. Nesse sentido, Roque Ascensão e Valadão (2018, p. 39), apontam que

[...] espacializar vai muito além da mera plotagem de componentes espaciais em um mapa e que a representação é muito mais do que um posicionamento de dados espaciais. [...] a espacialidade se estabelece a partir da articulação entre os conceitos fundantes da Geografia e, através dela, viabiliza-se a apreensão das práticas espaciais.

A observação feita por esses autores coloca em pauta um debate importante dentro dessa temática. Logo, se cabe à Geografia ajudar os sujeitos a pensar o mundo, a Cartografia se apresenta como um dos meios para que esse objetivo seja atingido. Dessa maneira, Cazetta (2009) defende que a Cartografia precisa ir além da reprodução das regras e convenções da Cartografia oficial, uma vez que precisa criar as condições para que os sujeitos envolvidos no processo cartográfico desenvolvam habilidades que lhes permitam, além de ler os mapas, serem capazes de produzir seus mapas, de fazerem o mapeamento para além das regras euclidianas, passíveis de compreensão do mundo que vivem.

Ascensão e Valadão (2018) trabalham a ideia de que os mapas, em seu sentido didático, deveriam ser incorporados como caminhos para a construção e expressão do raciocínio geográfico.

Todavia, poucos sujeitos usam mapas, e quando o fazem, é apenas para localização dos componentes espaciais, não favorecendo a construção e expressão desse raciocínio.

Richter e Veja (2019) reconhecem o significativo potencial do mapa como recurso que permitirá fortalecer seu discurso para promover com força a construção do desenvolvimento do pensamento espacial e geográfico. Assim, “ler e produzir mapas é ler e produzir o mundo, o que se quer dele, seja para transformá-lo, seja para retificá-lo” (BATISTA, 2020, p. 238) ou ainda para melhor compreendê-lo.

Entendemos, assim como Richter (2011, p.33), que “o mapa não é somente um objeto secundário no desenvolvimento cognitivo, ele faz parte da formação do desenvolvimento cultural humano e, portanto, expressa, a partir da representação espacial, as transformações vividas pela sociedade”. Dessa forma, todo evento que se desenvolve num determinado espaço é passível de ser mapeado. Pensando nisso, o lugar de fala de pessoas específicas da sociedade, situadas em um determinado espaço, também pode ser apresentado em um mapa.

4. LUGAR DE FALA E LUGAR GEOGRÁFICO – APROXIMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Existe um debate acalorado em torno da expressão “lugar de fala”. Em 2017, a filósofa Djamila Ribeiro lançou um livro, intitulado “O que é lugar de fala?”, no qual faz um debate sobre o feminismo negro. Ao longo desse debate, ela trabalha o conceito de lugar de fala, desfazendo alguns equívocos referentes à temática. O grande equívoco classificado por ela é o de confundirem lugar de fala com representatividade social, o que levaria a uma compreensão de que nem todos teriam seu próprio lugar de fala. Ela discorda e afirma que

[...] todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (RIBEIRO, 2017, p. 47).

Assim, localiza-se socialmente os sujeitos a partir do *locus* social, ou seja, do ponto que partem para pensar e existir no mundo de acordo com suas experiências em comum, coletivamente e historicamente compartilhadas. Assim, situando-os e avaliando-os dentro de seu grupo, e seu lugar na sociedade, demarcam-se opressões e privilégios, autorização ou silenciamento. Desse modo, “ter consciência da prevalência branca nos espaços de poder permite que as pessoas se

responsabilizem e tomem atitudes para combater e transformar o perverso sistema racial que estrutura a sociedade brasileira” (RIBEIRO, 2019, p. 35), por exemplo.

A identificação dos significados, o contexto e as influências de um mapa devem ser definidos com as conjunturas nas quais eles foram produzidos e consumidos. Esses aspectos apontam para situar as narrativas na análise linguística, contribuindo para o direcionamento de investigação dos lugares de fala nos mapas. Harvey (2009) contribui com essa discussão, especialmente em relação ao contexto, quando afirma que ele

pode ser definido como as circunstâncias nas quais os mapas foram elaborados e utilizados. Numa analogia com a “**situação de fala**” num estudo linguístico, isto implica **reconstruir os quadros físicos e sociais que determinaram a produção e o consumo dos mapas**, os acontecimentos que conduziram a essas ações, a identidade dos produtores e dos usuários dos mapas, e a maneira como eles percebiam o ato de produzir e utilizar os mapas num mundo socialmente construído. Estes detalhes podem nos revelar não apenas os motivos que sustentam os eventos cartográficos, mas também os efeitos que os mapas tiveram e a carga de informação que eles veiculam em termos humanos (2009, p. 4) [grifos nossos].

Historicamente, os mapas constituem-se de sistema de signos políticos criados pelos grupos poderosos e imperialistas para dominação econômica, social, racial e cultural, estruturando sistemas de opressões e arraigando a desigualdade social ao subjugar os modos de vida dos grupos populares e da diversidade social.

O modo como os mapas vieram a fazer parte de um sistema de signos políticos foi guiado pela sua criação pelas elites ou grupos de indivíduos poderosos, favorecendo um discurso desigual. As flechas ideológicas foram atiradas num só sentido, no seio da sociedade, os poderosos em direção aos fracos. Diferentemente da literatura, da arte ou da música, a história social dos mapas não parece comportar os modos de expressão populares, alternativos ou subversivos (HARLEY, 2009, p. 20).

A noção de mapeamento de lugar de fala, no nosso entendimento, deve contribuir para o registro e fortalecimento dos modos de vidas, narrativas dos grupos socialmente marginalizados e subjugados historicamente. Deve subverter a lógica de que

os mapas são essencialmente uma linguagem de poder e não de contestação. Ainda que os mapas nos tenham feito entrar na era das comunicações de massa, os meios de produção cartográfica, comerciais ou públicos, continuam largamente controlados pelos grupos dominantes, A tecnologia informática reforçou esta concentração do poder das mídias, A cartografia permanece um discurso teleológico, confirmando o poder, reforçando o status quo, restringindo as interações sociais no interior de limites bem traçados (HARLEY, 2009, p. 20).

Desse modo, compreende-se que o mapa, dotado de linguagem de poder, promova o fortalecimento social, sobretudo dos marginalizados, considerando-se que mesmo com a

comunicação de massa, com os avanços tecnológicos e da popularização das tecnologias de informações geográficas, o mapa e as ferramentas cartográficas ainda não são utilizados em suas múltiplas possibilidades. Isto implica dizer que não há uma efetiva democratização da Cartografia, sendo urgente o entendimento do poder do mapa para fortalecimento das reivindicações dos grupos marginalizados nos registros de seu lugar de fala e no fortalecimento das suas lutas e gritos de transformações sociais.

Com o apoio de geógrafos, como Milton Santos, Doreen Massey, Ruy Moreira, entre outros, Azevedo (2019) busca aproximações entre o conceito de lugar de fala trabalhado por Ribeiro (2017) e o de lugar, conceito geográfico. Aponta a autora que

[...] pode-se afirmar que a partir das noções de corpo, corporeidade e das experiências, **há aproximações entre o lugar de fala e o conceito de lugar**. Experiências estas, que podem ser chamadas de experiências geográficas, visto que é no espaço que as vivências acontecem e se desenrolam. Desta forma, pensando a partir da análise espacial, o conceito lugar de fala refere-se ao *lócus* de enunciação discursiva. O lugar não é pensado como conceito, e sim como sinônimo de local, promovendo um esvaziamento do conceito. A afetividade e a espacialidade das relações sociais são primordiais para o conceito de lugar (AZEVEDO, 2019, p. 657) [grifo nosso].

O debate desenvolvido por essa autora ascende o conceito de lugar, dentro do conceito lugar de fala, para lugar enquanto conceito geográfico a partir da perspectiva fenomenológica trabalhada, principalmente, por Yi-Fu Tuan. Assim, lugar está para espaço das relações, da afetividade. Nessa perspectiva, “ao se pensar o corpo como corpo-lugar, de onde partem as experiências, o *lócus* de enunciação, e a afetividade e pertencimento por si próprio, é possível pensar na geograficidade do lugar de fala”, como nos afirma Azevedo (2009, p. 657).

Essa é, sem dúvidas, uma proposição a ser considerada quando se pensa em mapear lugares de fala na perspectiva dos sujeitos que falam. No entanto, na perspectiva do autor do mapa, lugar pode ser tomado como sinônimo de local, espaço físico e ser, assim, cartesianamente localizado.

Mesmo não sendo tomado dessa forma, é possível se mapear fenômenos que não são necessariamente espaciais na perspectiva do mapa enquanto metáfora:

Los mapas metáfora sugieren que, además, la gramática cartográfica, fuertemente geometrizada y capaz de funcionar como instrumento para crear espacios topológicos, permite pensar espacialmente fenómenos que no son necesariamente espaciales (LOIS, 2015, p. 9).

A Geografia tradicional privilegiava os conceitos de paisagem e região, enquanto o lugar se relacionava com a ideia de localização geográfica (CORRÊA, 2006). Ao longo da história do

pensamento e da epistemologia geográfica, foram desenvolvidas análises fundamentais a respeito do lugar e da relação sociedade-natureza. Essa mudança ocorrida na Geografia poder ser compreendida a partir de Sorre (1984), que afirma ter havido uma transposição da disciplina: de corográfica para uma ecologia em sentido mais amplo. A partir dos anos 1970, o lugar passa a ser considerado um conceito chave da Geografia.

Destaca-se duas correntes de pensamento geográfico: Geografia Crítica e Geografia Humanista. A primeira é fundamentada no método materialismo histórico e dialético, considerando o lugar como espaço de singularidade. A segunda, embasada no método fenomenológico, entende o lugar como produto da existência humana. A Geografia Humanista dá ênfase ao que chamamos de “microescala” e o lugar é investigado segundo a perspectiva das experiências intersubjetivas. Ela tem a intencionalidade de entender os sentimentos espaciais dos sujeitos a partir da experiência cotidiana. Dentre os autores principais dessa corrente, destacam-se Yi-Fu Tuan e Anne Buttimer.

De acordo Tuan (1983, p. 83), “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. Ainda, segundo o autor, o espaço/lugar se conecta, havendo três tipos basilares de espaços “o mítico, o pragmático e o abstrato”, e que espaço só se torna lugar quando é experienciado e valorizado. Ele precisa ter significação para a pessoa, ou seja, o lugar é mais concreto que o espaço. Já Buttimer (1985, p. 228), define o lugar como “somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”.

A Geografia Crítica, para além do interesse pela categoria lugar, realizou críticas às ideias humanistas. Nessa corrente, destacam-se os principais representantes na atualidade: David Harvey (1980), Doreen Massey (2008) e Milton Santos (1999). O lugar geográfico, para Santos (2006), define-se pela densidade técnica, científica, informacional, constituída pela configuração territorial e norma/regulação, historicamente determinados. A tendência contemporânea é de funcionalização dos lugares, dada a união vertical pelas redes modernas à serviço do capital. O lugar compõe-se como extensão do acontecer homogêneo ou solidário.

Contudo, é “fruto de uma solidariedade orgânica, mais do que uma solidariedade regulada” (SANTOS, 2008, p. 33). De tal modo, os lugares podem unir-se horizontalmente, construindo base de vida comum, organizando-se como sede da resistência social. Os elementos fixados em cada lugar permitem ações, novos fluxos que recriam as condições sociais e redefinem o lugar, pois cria-se nele híbridos conflituos. Instala-se nele a tecnosfera e a psicofera. A primeira, flexível às ordens da produção, traduz-se em interesses distantes, adere-se ao lugar como prótese. A segunda,

manifesta-se pelo reino das ideias, crenças e paixões e fornece regras à racionalidade. Ambas são produtos de relações amplas e complexas e envolvem a produção do lugar.

Massey (2008) defende que o lugar se organiza pela integração e eventualidades espaço-temporais de modo aberto, múltiplo, como um movimento dentro das geometrias de poder. Percebe que todas as essências se tornam eventualidade: “o lugar como ‘real’, como a natureza, narrado como discursos, coletivo como a sociedade, existencial como o Ser” (MASSEY, 2008, p. 201). O lugar, fundado na multiplicidade do espaço, demanda do grupo a negociação e questões políticas num momento de antagonismo.

Dessa maneira, o conceito de lugar para Massey (2008) assemelha-se com a perspectiva de Carlos (2007), para a qual o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. Nele, revela-se o plano da vida, as relações entre o indivíduo e o espaço, expressadas nos modos de uso, nas condições mais banais e nas práticas cotidianas utilitárias. Por isso, o lugar “é o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 2007, p. 17).

Há convergência do entendimento de lugar como mundo do vivido, onde os sujeitos sociais, nas suas relações corpóreas e de seus sentidos, constroem e apropriam-se do espaço e do mundo. Nele, formulam-se os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo pelo qual é produzida a existência social dos seres humanos” (Idem, p. 20).

Sendo assim, a constituição do lugar é essencialmente coletiva. Para Berdoulay e Entrikin (2012), há uma certa convergência entre as duas correntes – humanista/crítica – quando se preocupam com a relação sujeito/espaço. Ainda, segundo eles, essa convergência é fulcral no atual debate sobre a identidade, pois o lugar passa a ter uma nova importância no contexto da modernidade em virtude de estarmos vivendo um fenômeno de afirmação cultural e identitária que produz diversas escalas espaciais. Essa ocorrência se dá por uma motivação que é a recolocação da discussão da relação sociedade/indivíduo com o espaço. Isso posto, entende-se que a relação com o espaço atualmente passa por transformações, as quais fazem florescer o espaço mais próximo, o ambiente imediato de cada um de nós; o lugar.

No entendimento de Moreira (2007), na nova espacialidade, é possível que o lugar apresente dois ângulos peculiares: I) lugar pode ser entendido como ocupar um ponto na rede para estar inserido na geopolítica e, II) também pode ser concebido como alusivo ao espaço vivido. Neste contexto, o conceito de lugar se incorpora como espaço de vivências.

5. LUGARES DE FALA EM GOIÂNIA: UMA PERSPECTIVA CARTOGRÁFICA

A partir de uma atividade de campo desenvolvida na disciplina “A Linguagem Cartográfica e sua Aplicação na Pesquisa e no Ensino de Geografia” do PPGeo, ocorrida no ano de 2020, nos foi colocado o desafio de fazer um mapa destacando o roteiro visitado ou parte dele.

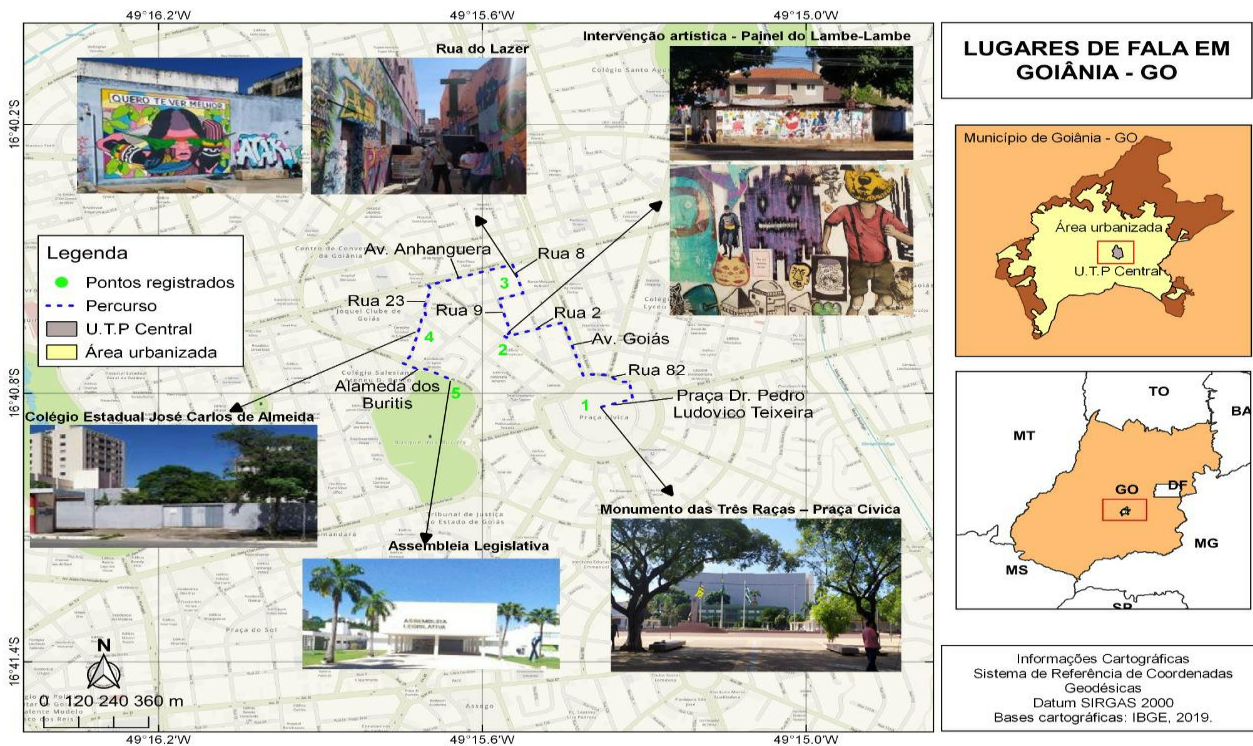
Diante desse desafio, nos propusemos a produzir um mapa, em que destacamos os espaços físicos usados pela sociedade civil como lugares de fala, nos quais a população se manifesta efetivamente. O mapa foi produzido tomando como referência a base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Como já mencionado, mapas produzidos pelo Estado usam recursos modernos, como imagem de satélites, para confirmação dos dados e são considerados mapas clássicos pelo rigor da técnica euclidiana. No entanto, o mapa aqui produzido, considerando às informações presentes, pode ser inserido num mapa de perspectiva social, pois concordamos com Girardi (2014) quando afirma que os mapas podem ter diferentes usos, que sua leitura e aqui acrescentamos também, sua produção, depende do seu contexto e da visão de mundo que tem o leitor/produtor, uma vez que os mapas são históricos/culturais.

Para Massey (2008) *apud* Girardi (2014), o modo como imaginamos o espaço condiciona possibilidades da política e as imagens cartográficas participam da produção das imaginações espaciais. Com esse entendimento, se mudarmos o foco da Cartografia, a de que mapas representam espaço, para mapas que apresentam lugares, pode-se compreender o jogo de forças sociais que sustentam essa apresentação. Em outras palavras, a noção de espaço operada por esse jogo de forças se efetiva no lugar. Nessa perspectiva, se revela a função política que o mapa pode exercer.

Dito isso, no mapa produzido, foram identificados cinco pontos, em que, segundo depoimentos coletados e do que foi possível perceber ao longo do trajeto percorrido durante a atividade de campo, a sociedade fala. Expressa-se de forma oral em três desses lugares e, em dois, é possível perceber sua expressão por meio da arte.

Essa escolha temática justifica-se pela nossa vivência e prática social. De acordo com Martinelle e Graça (2015, p. 110), “[...]o mapa ratifica-se como uma expressão do raciocínio que o autor apreendeu diante da realidade, apreendida a partir de um determinado ponto de vista, ou seja, a própria opção de entendimento da realidade”. No ato da produção, o autor, também, deve levar em consideração que “[...] os valores democráticos nos convidam a produzir mapas em “condições de enunciação” que permitam ao leitor manifestar seu espírito crítico” (LÉVY, 2008, p. 166). É nessa perspectiva que nos propomos a pensar e produzir o mapa apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Mapa: lugares de fala no centro de Goiânia (GO)



Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Mesmo considerando que as imagens falam, cremos que a compreensão desse mapa requer uma breve análise. Os pontos 1 – Monumento das Três Raças, 4 – Colégio Estadual José Carlos de Almeida e 5 – Assembleia Legislativa, são espaços nos quais a população se expressa de forma discursiva, oral. Esses lugares são palcos de manifestações populares, reivindicatórias, por exemplo, nos pontos 1 e 5 ocorrem, principalmente, as manifestações de trabalhadores em geral, como os servidores públicos. São espaços usados para concentrações de atos reivindicatórios por melhorias de condição de trabalho, melhores salários, espaços onde os trabalhadores impõem sua voz, se fazem escutar. O espaço 1 fica em frente ao Palácio das Esmeraldas, sede do Governo Estadual de Goiás, e o espaço 5, em frente à Assembleia Legislativa, sede do poder legislativo estadual: duas instâncias de poder que necessitam escutar a fala da população.

No ponto 4, hoje sede do Conselho Estadual de Educação, funcionou até 2014 a Escola Estadual José Carlos de Almeida, que, segundo matéria veiculada na imprensa local¹, foi fechada pela Secretaria Estadual de Educação devido à baixa demanda de alunos. No ano de 2015, ela foi palco de uma grande manifestação de estudantes que teve grande repercussão, sendo ocupada por alunos e professores que protestavam, entre outras coisas, contra a presença de Organizações

¹ Ver Dutra (2020), disponível em: <https://diariodegoias.com.br/estudantes-ocupam-escola-estadual-no-centro-de-goiania/>

Sociais (OSs) na educação estadual. Hoje, no mesmo espaço, funciona o Conselho Estadual de Educação, que constitui também um espaço de fala. Contudo, da fala de quem normatiza, regulamenta e, dependendo da composição desse colegiado, a sociedade civil; em especial, estudantes e professores podem ter nesse espaço também um lugar de fala.

Os pontos 2 – Intervenção artística painel do lambe-lambe² e 3 – Rua do Lazer – são lugares onde a população se expressa através da arte. No primeiro, temos uma intervenção por meio do lambe-lambe e, no segundo, pelo grafite, ambos considerados arte urbana e formas de expressão da população. Nos dois casos, em Goiânia, percebe-se uma parceria entre o poder público, iniciativa privada e a população, pois o poder público e a iniciativa privada disponibilizam os espaços para que ocorram tais intervenções. Assim, esses espaços tornam-se lugares de fala, pois os artistas ali se fazem “ouvir”.

Os lugares, objetos, fatos e fenômenos representados no mapa agregam a constituição espaço-temporal produzida socialmente, manifestada no tempo-espaço presente, e guardam singularidades para a produção espacial futura:

[...] a singularidade de determinado universo de abrangência espacial é relativa. Essa unidade diz respeito a certo espaço e a certo tempo de duração, evidentemente não completamente independentes. Tal unidade se reporta a determinada escala espaço-temporal, podendo corresponder a uma escala de representação cartográfica que seria definida não só em função da extensão da manifestação, mas também do tema a ser tratado, dos detalhes a serem atingidos e dos meios de aquisição dos dados empregados (JOLY, 1990 *apud* MARTINELLI, 2016, p. 92).

Pelo que foi aqui apresentado, o mapeamento do lugar de fala no centro da cidade de Goiânia revela a singularidade, demarcada no tempo e no lugar, reverberando em possibilidades de formação de novas narrativas capazes de concretizar novos rumos para a produção e consumo dos mapas. Em outras palavras, que os mapas futuros possam valorizar os conteúdos, dinamicidade social e contribuir para a formação de poderes sociais e cartográficos alternativos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento de lugares de fala permite construir novas representações do espaço geográfico ao apropriar-se do entendimento da estrutura sistemática, comunicativa e relacional dos mapas, especialmente, considerando a conjuntura política de elaboração dos produtos

² Ver o trabalho de Oliveira (2015), disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/lambe-lambe_-_final_corrigido.pdf

cartográficos e os sujeitos que irão consumi-los. A correlação entre lugares de fala pode ser vista na utilização do mapeamento para identificar como as diferentes posições sociais influenciam a distribuição geográfica de recursos, oportunidades e desigualdades. Assim, a literatura apresentada nesse artigo confirma o mapa como um poderoso instrumento, dotado de linguagem, narrativas e representações do mundo e das realidades locais. Essencialmente utilizado pelas elites político-econômicas e pelo Estado, o mapa guarda em seu âmago a noção de ferramenta de dominação territorial e social.

Entretanto, novas possibilidades de representação dos fenômenos geográficos são tecidas nas relações cotidianas com a disseminação das informações geográficas e tecnologias espaciais. O lugar organiza-se pela integração e eventualidades espaço-temporais de modo aberto, múltiplo, dinâmico, como um movimento dentro das geometrias de poder. Nesse aspecto, o lugar nunca é fechado, pronto e estático. Sendo assim, a representação do lugar de fala possui como desafio tornar a sua representação aberta e movente, considerando que a construção do lugar se efetiva pela experiência corpórea dos sujeitos sociais, criando a geograficidade do lugar de fala passível de mapeamento.

O exercício aqui desenvolvido, de entender o mapa como apresentador de lugares, resultou das discussões desenvolvidas em sala de aula durante a disciplina “A Linguagem Cartográfica e sua Aplicação na Pesquisa e no Ensino de Geografia”. Dessa forma, é importante atestar que bibliografia apresentada com a mediação dos professores e dos colegas de classe contribuiu para o entendimento de que um mapa pode também ser uma construção sociocultural (KOZEL, 2013) e, assim, possibilitar novas formas de se ver/ler/representar o mundo.

Esse entendimento nos levou a dar visibilidade ao mesmo tempo a classes sociais que se expressam através da arte ou de discursos orais, que exercitam seu lugar de fala enquanto *locus* social e que ocupam um lugar de fala, lugar como conceito geográfico e ainda como sinônimo de local, para exercer esse direito de se falar. Ler o mapa aqui proposto requer compreender esse processo, pois [...] ler mapas não se restringe ao produto em si, mas a todo o contexto que lhe confere autoridade e sentido (GIRARDI, 2014). Dito isso, as assertivas acima respondem nossas questões iniciais.

Por fim, tomando como referência Kozel (2013,) queremos enfatizar que os espaços representados no mapa têm significados diferentes para os sujeitos envolvidos. Para quem os produziu, eles não dizem muita coisa, não são “lugares”, pois não há afinidade, relação direta com eles: são apenas localidades. Para os sujeitos ali representados, sim, eles são lugares, pois são

espaços vividos por eles, são seus lugares de fala. Esse aspecto é corroborado com a afirmação de Tuan (1983), de que quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar. Além disso, no lugar existe a confluência de dimensões, simbólicas, emocionais, culturais e políticas, tais como as encontradas no Centro de Goiânia.

REFERÊNCIAS

- ASCENÇÃO, V. O. R.; VALADÃO, R. C.; SILVA, P. A. Do uso pedagógico dos mapas ao exercício do raciocínio geográfico. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 99, p. 34-51, 2018. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1465>. Acesso em: 03 de março de 2020.
- AZEVEDO, L. C. L. Corpos no Mundo: a geograficidade do conceito de lugar de fala. **Terra Livre**, v. I, n. 52, p. 641-661, 2019.
- BATISTA, S. C. Desafios ao ensino de cartografia na formação da geógrafa e do geógrafo do século XXI. **Revista Geografar**, v. 15, n. 1, p. 220-242, 2020.
- BERDOULAY, V.; ENTRIKIN, J. N. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. In: JUNIOR, E. M.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, p. 334-354, 2012.
- BUTTNER, A. Campo de Movimiento y sentido del lugar. In: RAMÓN, M. D. G. **Teoria y Método em la Geografía Anglosajona**. Barcelona: Ariel, 1985.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CAZETTA, V. Aproximações e distanciamentos entre a linguagem cartográfica e outras linguagens. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XIV, n. 847, 2009. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-847.htm>. Acesso em: 03 de março de 2020.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. *et al.* **Geografia: Conceito e Temas**. 8. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GIRARDI, G. Modos de ler mapas e suas políticas espaciais. **Revista Espaço e Cultura**, n. 36, p. 85-110, 2014.
- HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins**, n. 5, 2009. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.5724>.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Global, 1980.
- KOZEL, S. Comunicando e representando: mapas como construções socioculturais. **Geograficidade**, v. 3, n. 1, p. 58-70, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4734899>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

LÉVY, J. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, p. 153-167, 2008. Disponível em:

http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

LOIS, C. El mapa como metáfora o la espacialización del pensamiento. **Terra Brasilis**, n. 6, p.1-27, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1553>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

MARTINELLI, M. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

MARTINELLI, M.; GRAÇA, A. J. S. Cartografia Temática: uma breve história repleta de inovações. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 4, n. 67, p. 913-928, 2015.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo – espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas**, v. 1, p. 55-70, 2007.

RIBEIRO, D. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento - Justificando, 2017.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RICHTER, D. **O mapa mental no ensino de Geografia**: concepções e propostas para o trabalho docente. Capítulo 1 - Pressupostos teóricos da Cartografia Escolar. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 23-44, 2011. Disponível em: http://www.culturaacademica.com.br/catalogodetalhe.asp?ctl_id=189. Acesso em: 03 de março 2017.

RICHTER, D.; VEGA, A. G. L. O mapa no ensino de geografia: uma análise do trabalho docente em Madrid (Espanha) e em Goiânia (Brasil). **Ateliê Geográfico**, v. 13, n. 3, p. 46-65, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/60860>. Acesso em: 03 de março de 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, n. 6, p. 5-20, 1999.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SEEMANN, J. Mapas, mapeamentos e a Cartografia da realidade. **Revista Geografares**, n. 4, p. 49-60, 2003.

SIMIELLI, M. E. O mapa como meio de comunicação e alfabetização cartográfica. In: ALMEIDA, R. D. **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2014.

SORRE, M. Fundamentos da Geografia Humana. In: MEGALE, J. F. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Editora Ática, p. 87-98, 1984.

TUAN, Y.-F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

*Artigo recebido em: 18/01/2023.
Aceito para publicação em: 05/01/2024.*